



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385- Centro- Fone: (11) 4602-8300- Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900- Salto- SP- CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

perguntou qual a estimativa de arrecadação e o motivo do aumento. O Sr. Gabriel Pomini Figueiredo informou que as fontes são IPTU, ITBI e ISS anual, e que esse incremento é parte inflação e aumento na participação da arrecadação de ICMS, tem também operação de crédito, alienação de bens e transferência de capital, tais como convênio. O Sr. Israel Demetrius Franchi informou que em relação às emendas, após o envio do valor por parte do executivo, os vereadores enviam as intenções, e quando a contabilidade vai fazer a classificação precisa saber o detalhamento, a escrita contábil da intenção do vereador, interpretando quem vai executar dentro da prefeitura, qual secretária que é responsável, identificar qual a função, subfunção com base na classificação primária e a natureza do gasto, precisando também fazer a separação, porque foram misturadas várias categorias com inúmeros caracteres que não cabem no sistema e eles precisaram separar cada uma, sem perder sua essência da identificação do vereador. O presidente Antônio Moreira Sobrinho perguntou sobre o aumento em mais de R\$ 3 milhões em publicidade em relação ao PPA, LDO e LOA, e o aumento para o CONIRPI, como fica a diferença, tendo em vista que não tem clareza nos projetos executáveis. O Sr. Gabriel explicou que existe a publicidade legal do governo e a publicidade legal institucional e que o aumento foi a alocação de campanhas institucionais, além das publicidades do governo que serão definidos durante o ano. O Sr. Israel Demetrius Franchi disse que foi recebido a proposta do CONIRPI após o envio da LOA a esta Casa, foi feito com a primeira estimativa que foi enviada pelo Consórcio e que precisarão fazer as adequações baseado no valor passado atualmente. A vereadora Luzia de Fatima Izidório Vidal disse que espera que em 2026 sejam atendidas as solicitações dos vereadores. Em seguida foram feitas as perguntas do público presente. O Cidadão Lucas Moreira, do Conselho de Transito e Transporte perguntou sobre o impacto da LOA, com o valor destinado como podem garantir que esses recursos irão gerar melhorias concretas em mobilidade urbana, modernização da frota, sinalização e fiscalização e não apenas manter a máquina pública funcionando, ou seja, gostaria de saber como serão aplicados os recursos; e quais são os projetos em relação aos impostos e reajustes em IPTU, taxas, etc. para incrementar o orçamento para melhorar as receitas futuras, se existe esse planejamento na Secretaria de Finanças. O Sr. Gabriel Pomini Figueiredo informou que faz a previsão da receita e estimativa de despesa baseado nos históricos e parte dos investimentos são oriundos de empréstimos para poder investir, vender sucatas e emendas conseguidas através de convênios que serão acompanhados no próximo ano, e serão feitas licitação para cada caso. A Sra. Claudia Eliane Pastorello Rodrigues informou que a Secretaria de Finanças não define as políticas públicas, que isso é competência do prefeito, informou também que o valor de dívida ativa atualmente é de R\$ 357.077.288,64 e que vão focar nisso para melhorar a arrecadação. A cidadã Thais Carlina da Silva, do Conselho de Cultura solicitou melhorias nos investimentos na Cultura e leu suas reivindicações que haviam sido enviadas através do formulário do link disponibilizado no site da Câmara, conforme anexo. O cidadão Lucas Santos Bert perguntou sobre a discrepância na habitação em relação à administração, sobre a cultura alegando que o orçamento é o mesmo nos últimos anos, por Salto ser uma Estância Turística alegou que precisa investir mais na Cultura e no Turismo, se esses valores são suficientes, que o dinheiro não está sendo bem alocado, tendo em vista que o retorno do valor aplicado em cultura é 4 vezes, sobre a saúde e a contratação de médicos, se existem estudos de impacto real. O Sr. Gabriel Pomini Figueiredo informou que sobre o valor de R\$ 185.000,00 para habitação é para manutenção do fundo habitacional e não seria somente esse valor para projetos de habitação; em relação a discrepância de valores são para pagamentos de despesas obrigatórias com folha de pagamento, ensino e saúde conforme lei; e que todos valores foram feitos de acordo com contratos, termos de impacto de despesas de caráter continuado e que o valor da saúde pode aumentar se vierem emendas, tudo é feito de acordo com as diretrizes; existem discrepâncias entre secretarias por causa de dívidas dos anos anteriores e os pagamentos precisam ser alocados na administração. A Sra. Claudia Eliane Pastorello Rodrigues informou que a secretaria de finanças orienta os secretários que definem suas prioridades. O vereador Edemilson Pereira dos Santos respondeu ao cidadão Lucas Bert que o percentual de turismo é pequeno comparado ao comércio e indústria. A cidadã Andrea Almeida, representante do grupo de mães atípicas, perguntou onde no orçamento se enquadram os autistas. O Sr. Gabriel Pomini Figueiredo informou



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385- Centro- Fone: (11) 4602-8300- Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900- Salto- SP- CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

que as despesas são alocadas, mas que se enquadram dentro da Secretaria de Saúde e Educação que fazem suas próprias ações. Não houve perguntas dos internautas que acompanham de maneira virtual através das redes sociais da Câmara Municipal. A divulgação da Audiência Pública foi feita através do site da Câmara Municipal e na página da Câmara no Facebook e no Instagram; foram publicadas 6 vezes no Diário Oficial do município de Salto; foi enviado convite por email para os Conselhos Municipais, para as Entidades Sociais, para Associações, para o poder público e para a imprensa local, além disso foi informado nos recados finais das reuniões ordinárias da Câmara nos dias 02 e 09 de dezembro. A presente Audiência foi transmitida pela página do facebook da Câmara (com 564 visualizações) e pelo Sítio da Câmara (com 49 visualizações) <https://camarasalto.sp.gov.br/tvweb/videos/audiencia-publica-pl-112-2025-lei-orcamentaria-anual-loa-09-12-2025/>, ficando gravada e podendo ser assistida na íntegra. Às 19h55 nada mais havendo a ser discutido, o Presidente da Comissão encerrou a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Câmara da Estância Turística de Salto e, também, acompanhada da lista de presença de vereadores, dos representantes da prefeitura e dos cidadãos, das cópias do Diário Oficial do Município e outros documentos, e todos estes ficam anexados ao Projeto de Lei nº 112/2025 e na aba de audiências públicas no sítio eletrônico da Câmara Municipal da Estância Turística de Salto. Anexos a esta Ata: ofício enviado ao executivo da Comissão de Finanças e da vereadora Graziela, bem como a resposta da prefeitura; listas de presença e formulários de perguntas da população. Do que houve para constar, eu [assinatura] (Daniela Momesso) lavrei a presente ata.

ANTÔNIO MOREIRA SOBRINHO

Presidente

ROGÉRIO DOS SANTOS FILHO

Relator

ALMIR DE MELO SANTOS

Membro



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300
CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19
Site: www.camarasalto.sp.gov.br

VIA PROTOCOLO

OFÍCIO nº 12/2025

À Ilmo Sr.
José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal da Estância Turística de Salto
Av. Tranquilo Giannini, 861 - Distrito Industrial.
Cep: 13329-600 - Salto - SP

Assunto: Questionário para Audiência Pública - LOA 2025

Ilustríssimo Senhor Prefeito


Com nossos cordiais cumprimentos e tendo em vista a audiência pública para discussão do PL nº 112/2025 referente à LOA, surgiram apontamentos técnicos dos quais esta Comissão julga serem necessários esclarecimentos.

Assim, solicitamos à Vossa Excelência para que, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, forneça as seguintes informações:

Encaminhamos ainda, para sua apreciação, questionamentos formulados pela vereadora Dra. Graziela Costa Leite, bem como Emenda à LoA, elaborada pela mesma vereadora, para análise.

QUESTIONÁRIO - AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2026

1. Quais projetos e ações cada Secretaria executará em 2026 para cumprir as metas da LDO/PPA - Por exemplo ações como redução da fila de creches, redução da espera por consultas/exames, obras de abastecimento de água, assistência social, segurança, educação, etc?
2. Por que existem diferenças tão grandes entre os valores do PPA/LDO e da LOA em ações como publicidade (p. 130), controle viário (p. 131), construção predial municipal (p. 132) e construção predial da saúde (p. 133) entre outros? Qual a justificativa técnica para cada discrepância?
3. Na ação "Construção e Ampliação Predial Municipal - Saúde", por que o PPA e a LDO mostram apenas R\$ 1.000,00 e a LOA traz R\$ 2.144.000,00? Quais obras exatamente justificam essa variação?
4. Quais metas mensuráveis foram definidas para 2026 em saúde, educação, infraestrutura e assistência, e onde elas estão explícitas na LOA?


JORGE BALSEIROS
Diretor de Assessoria
Técnica Legislativa

"DOE ÓRGÃOS, DÔE SANGUE: SALVE VIDAS"

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

03/12/2025



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

5. Qual o impacto real do PL 113/2025 sobre o transporte escolar e por que o custo aumenta em 2026 se o próprio projeto reduz o número de beneficiários?
6. Conforme resposta do executivo ao Requerimento nº640 da CFOP, está suspensa a concessão de isenções e renúncias fiscais, em atendimento ao art. 167 A da CF. No entanto, o valor das isenções, aumentam de 15 milhões (2025) para 17 milhões (LDO 2026) e 19,6 milhões (LOA 2026)? Onde está a compensação prevista pela LRF?
7. Qual é a lista detalhada das renúncias consideradas na LOA 2026 (leis vigentes, prazos, valores por benefício) e quais foram ampliadas em relação a 2025?
9. Por que não há dotação específica para o CONIRPI na LOA 2026, mesmo após a atualização dos valores aprovada em reunião e publicada no DOM de 01/12/2025?
10. De onde sairão os recursos para custear o CONIRPI em 2026, já que PPA e LDO não contemplam os novos valores? Haverá remanejamento, crédito adicional ou corte de outras ações?
11. Quais medidas práticas o Executivo adotará em 2026 para ajustar os riscos fiscais apontados (déficit primário, aumento das despesas correntes, divergências LOA/LDO/PPA e PPP acima do limite)?
12. Onde estão previstas e quotas ETAS serão previstas na LOA para 2026?
13. Como as propostas apresentadas pelo vereador Antônio Moreira no PPA (juventude, saúde mental, UBS Marília I/II, Escola mais Segura, iluminação, redução de perdas de água, unidade móvel, Clínica da Família, assistência à população de rua, etc.) foram incorporadas na LOA 2026? Em quais programas e ações aparecem e com quais valores?

JUSTIFICATIVA

Como a audiência pública se realizará no dia 09/12/2025, sabemos que o tempo urge para que os esclarecimentos sejam prestados. Desta forma solicitamos que, não havendo a possibilidade de resposta por ofício até a data da audiência pública, as dúvidas sejam esclarecidas pessoalmente, por um servidor ou representante designado durante a audiência pública, uma vez que entendemos ser extremamente complexa e técnica a construção da LOA.

O objetivo da audiência pública é trazer a população informações acessíveis, dando a esta a oportunidade de participação através do entendimento das ações que o Executivo irá realizar nos próximos 4 anos.

Contando com a vossa colaboração, renovamos nossas considerações e apreço à atenção sempre dispensada.

Atenciosamente

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Sala das reuniões, 03 de dezembro de 2025



Antônio Moreira Sobrinho

Vereador Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

Almir de Melo Santos

Vereador Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento



Rogério dos Santos Filho

Vereador Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

Estância Turística de Salto, 02 de dezembro de 2025.

À

Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

Câmara Municipal da Estância Turística de Salto

Assunto: ENCAMINHAMENTO DE QUESTIONAMENTOS REFERENTES À LOA 2026

Senhor Presidente,

A Vereadora Dra. Graziela Costa Leite, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem respeitosamente encaminhar a esta Comissão de Finanças os questionamentos técnicos referentes à Proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, elaborados com base no Relatório de Análise da PLOA 2026, para que sejam formalmente encaminhados ao Poder Executivo Municipal para esclarecimentos.

Os questionamentos abaixo visam garantir transparência, adequação aos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA) e condições técnicas para que esta Casa de Leis possa exercer seu papel fiscalizador com precisão e independência.

☎ 11 99555-6126
☎ 11 93449-6517

📧 dra.grazi_costa

👤 Dra. Graziela Costa Leite

📍 Rua Marechal Deodoro,
517 - Centro, Salto/SP

✉ contatograzi@dragrazicosta.com

Assim, solicita-se que a Comissão adote as providências necessárias para o envio ao Executivo e requeira retorno dentro do prazo legal.

QUESTIONAMENTOS AO PODER EXECUTIVO – LOA 2026

1) Compatibilidade da LOA com o PPA e a LDO

- a. Quais são as justificativas formais para as divergências identificadas entre o PPA, a LDO 2026 e a LOA 2026, especialmente no que diz respeito à renúncia de receita?
- b. Por qual razão a LOA apresenta previsão de renúncia de receita no valor de R\$ 19,68 milhões, enquanto a LDO estabelecia R\$ 17,21 milhões?
- c. Quais despesas apresentadas na LOA 2026 divergem do planejamento previsto no PPA e na LDO? Solicita-se listagem completa com justificativas detalhadas.

2) Limites Constitucionais e Legais

- a. Considerando que a LOA projeta aplicar 29,43% em Educação e 23,79% em Saúde, quais ações específicas justificam esses percentuais acima dos mínimos legais?

- b. Há risco de descumprimento desses percentuais durante a execução orçamentária? Caso afirmativo, qual o plano de contingência?
- c. O Executivo confirma que a despesa com pessoal permanecerá estimada em 43,48% ao longo de 2026? Em caso negativo, qual a projeção atualizada?

3) PPP – Parcerias Público-Privadas

- a. A LOA prevê despesa com PPP no patamar de 7,51% (ou 8,45% incluindo débitos de 2024), ultrapassando o limite legal de 5%. Qual é o plano imediato de adequação?
- b. Qual é o status da consulta técnica encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre o tema?
- c. O Executivo confirma que o Município poderá ficar impedido de receber transferências voluntárias da União enquanto o limite não for regularizado?
- d. Há previsão de revisão contratual das PPP vigentes para adequação ao limite legal?

4) Resultado Primário e Resultado Nominal

☎ 11 99555-6126
☎ 11 93449-6517

📧 dra.grazi_costa

👤 Dra. Graziela Costa Leite

📍 Rua Marechal Deodoro,
517 - Centro, Salto/SP

✉ contatograzi@dragrazicosta.com

- a. Quais fatores levaram à projeção de resultado primário negativo de R\$ -14,39 milhões para 2026?
- b. Quais medidas estão planejadas para garantir o equilíbrio fiscal ao longo do exercício?
- c. Como o Executivo pretende assegurar que o resultado nominal, embora positivo (R\$ 274 mil), se mantenha sustentável ao longo do ano?

5) Participação Popular, Transparência e Audiências

- a. Quais mecanismos de participação popular foram considerados para a construção da LOA 2026, além das audiências públicas?
- b. Há previsão de ampliação de ferramentas digitais para participação cidadã no acompanhamento da execução orçamentária?
- c. O Executivo disponibilizará relatórios periódicos de execução física e financeira em formato acessível à população?

6) Metas, Indicadores e ODS

- a. Por qual motivo diversas ações da LOA 2026 não apresentam metas claras, indicadores específicos ou unidades de medida adequadas?

☎ 11 99555-6126
☎ 11 93449-6517

📧 dra.grazi_costa

👤 Dra. Graziela Costa Leite

📍 Rua Marechal Deodoro,
517 - Centro, Salto/SP

✉ contatograzi@dragrazicosta.com

- b. O Executivo pretende revisar e detalhar indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?
- c. Quando será disponibilizada versão atualizada dos indicadores para permitir fiscalização adequada pelo Legislativo?

7) Riscos Fiscais e Previsões Orçamentárias

- a. Como o Executivo está avaliando os riscos decorrentes das divergências entre LDO e LOA, especialmente na renúncia de receita?
- b. Quais medidas serão adotadas caso a arrecadação não alcance as projeções previstas?
- c. Há previsão de revisão das metas fiscais durante o exercício de 2026?

8) Emendas Parlamentares

- a. O Executivo confirma que todas as emendas parlamentares apresentadas estão compatíveis com o PPA e com a LDO?
- b. Caso alguma emenda seja considerada incompatível, quais são elas e quais os respectivos motivos?

☎ 11 99555-6126
☎ 11 93449-6517

📧 dra.grazi_costa

👤 Dra. Graziela Costa Leite

📍 Rua Marechal Deodoro,
517 - Centro, Salto/SP

✉ contatograzi@dragrazicosta.com

9) Execução e Monitoramento

- a. O Executivo pretende implementar mecanismo de acompanhamento trimestral da execução orçamentária, com envio de relatórios à Câmara Municipal?
- b. Em caso de frustração de receitas, qual será a ordem de prioridade para o contingenciamento das despesas?

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

GRAZIELA
COSTA
LEITE:303750
60839

Assinado de forma
digital por
GRAZIELA COSTA
LEITE:30375060839
Dados: 2025.12.02
13:02:26 -03'00'

Graziela Costa Leite
Vereadora

☎ 11 99555-6126
☎ 11 93449-6517

📧 dra.grazi_costa

👤 Dra. Graziela Costa Leite

📍 Rua Marechal Deodoro,
517 - Centro, Salto/SP

✉ contatograzi@dragrazicosta.com

Salto/SP, 10 de dezembro de 2025.

OFÍCIO nº 692/2025 – ATL

Ao Excelentíssimo Senhor,
ANTÔNIO MOREIRA SOBRINHO
Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Câmara Municipal de Salto

Assunto: Resposta ao Ofício nº 12/2025 – CFOP

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 12/2025, que solicita esclarecimentos referente ao Projeto de Lei nº 112/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2026), servimo-nos do presente para encaminhar as informações técnicas solicitadas.

Cumpre informar que os dados abaixo foram elaborados pela Secretaria Municipal de Finanças, visando sanar os apontamentos/questionamentos técnicos levantados por esta respeitável Comissão.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar também a análise técnica referente aos questionamentos formulados pela Vereadora Dra. Graziela Costa Leite.

Ademais, submetemos a vossa apreciação a respectiva análise técnica, conforme detalhado a seguir:

1. Os indicadores e metas já foram supridos, por serem objetos exclusivos do PPA e LDO.
2. As peças de planejamento foram elaboradas em momentos distintos. Devido a isso, os valores entre as peças de planejamento sofreram alterações e incrementos de previsão de arrecadação, cenário que foi possível mediante estudo do cenário macroeconômico da União/Estado e aprimoramento de legislações municipais. No que tange às renúncias de receitas, seguem o mesmo princípio, com reestimativa para atualizar ao valor presente. Ademais, cabe ressaltar que as prioridades, metas e ações do PPA, LDO e LOA são as mesmas, não sofrendo alteração durante essas compatibilizações de valores.
3. A variação é devido aos cenários respondidos acima, sobre reestimativa de valores. O valor é para atender ao Novo PAC - Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) – Recurso Federal.
4. Os indicadores e metas já foram supridos, por serem objetos exclusivos do PPA e LDO; na LOA é realizado a previsão da receita e fixação da despesa para o exercício seguinte, de forma detalhada, seguindo as metas estabelecidas no PPA/LDO.
5. O PL trata exclusivamente sobre o transporte universitário, e o custo não irá aumentar, pelo contrário. No exercício de 2025 já se empenhou até agora o valor de R\$ 351

mil reais, sendo que na LOA 2026 foi previsto um custo de R\$ 223.417,93 (pag. 103), então haverá diminuição.

6. No que tange à diferença dos valores, não se trata de implementação de novas isenções ou renúncias, mas sim de reestimativa para atualizar ao valor presente das concessões antes concedidas. Medidas de compensação estão presentes no Anexo específico (pág. 154).

7. Está previsto na página 154 do PL 112/2025, encaminhado à Câmara Municipal; e o detalhamento está no Portal da Transparência.

8. Há previsão de valores na LOA 2026, com o total de R\$ 542.231,42 para o CONIRPI (pág. 120).

9. Os recursos estão vinculados a Recursos Próprios, já previstos na LOA 2026.

10. O déficit primário só existe devido à previsão do recebimento da receita de operações de créditos, prevista no valor de R\$ 16.078.513,05; referente ao cenário de que na metodologia do resultado primário, a receita de operações de crédito é excluída da análise. Referente ao aumento das despesas correntes, já foi considerado aprimoramento e compatibilizado com a previsão das receitas orçamentárias. A “divergência” dos valores do PPA/LDO/LOA já foi respondida na pergunta 2. Sobre o percentual da PPP será aplicado o ajuste da metodologia prevista na PORTARIA STN/MF Nº 138, DE 6 DE ABRIL DE 2023, no qual enquadrará o município nos limites da legislação.

11. Há previsão para a ETA Buru, conforme pág. 55, no valor de R\$ 554.509,31 – Operação de Crédito.

12. A maioria das propostas já são praticadas pela administração; referente a UBS Marília será analisada pelo Executivo; e a Unidade móvel está previsto o valor de R\$ 513.625,00, como Novo PAC - Unidades Odontológicas Móveis – UOM – Recurso Federal.

Passando para os questionamentos apresentados pela Vereadora Graziela Costa Leite.

1.a. Referente ao termo “divergências” é necessário detalhar do que se trata; porém, para apoiar na tentativa de esclarecer a dúvida, seguem esclarecimentos: as peças de planejamento foram elaboradas em momentos distintos, devido a isso, os valores entre as peças de planejamento sofreram alterações e incrementos de previsão de arrecadação, cenário que foi possível mediante estudo do cenário macroeconômico da União/Estado e aprimoramento de legislações municipais; no que tange as renúncia de receitas, seguem o mesmo princípio, reestimativa para atualizar ao valor presente. Ademais, cabe ressaltar que as prioridades, metas e ações do PPA, LDO e LOA são as mesmas, não sofrendo alteração durante essas compatibilizações de valores.

1.b. Conforme explicado acima, foi realizado reestimativa para atualizar ao valor presente.

1.c. O PPA trata sobre prioridades e objetivos, a LDO trata sobre metas e ações e a LOA 2026 sobre a previsão da Receita e fixação da Despesa, portanto não há como identificar da forma em que solicita, devido a fixação da despesa ser matéria exclusiva da LOA 2026; por fim, ressalta-se a explicação da pergunta acima.

2.a. As ações foram detalhadas nos valores de cada Secretaria, sendo de forma geral para manutenção do custeio anual e garantia de investimentos nas áreas citadas.

2.b. O risco de descumprimento em ambientes normais não existe, salvo em casos de pandemias ou calamidade pública, que serão analisados e elaborados planos de contingência no caso de ocorrer.

2.c. A projeção dos valores na LOA 2026, referente a despesa com pessoal é de 43,48%.

3.a. A previsão da LOA 2026 é com base no computo de todas as despesas da PPP, porém está sendo realizado estudo para que esse percentual seja reduzido a patamares inferiores ao limite de 5%; de acordo com dispostos da PORTARIA STN/MF Nº 138, DE 6 DE ABRIL DE 2023.

3.b. Já foram recebidas orientações para aplicação em 2025 e efetivos efeitos no exercício de 2026.

3.c. Sim, a União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária, conforme art. 28 da LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

4.a. O fator principal é a previsão do recebimento da receita de operações de créditos, prevista no valor de R\$ 16.078.513,05; devido ao cenário de que na metodologia do resultado primário a receita de operações de crédito deve ser excluída da análise.

4.b. As providências tomadas foram na aplicação de acompanhamento mensal da execução orçamentária, contenção de gastos, incremento da arrecadação orçamentária e análise constante dos fatos que influenciam os gastos municipais; a mesma atenção, já foi considerada durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2026.

4.c. O resultado nominal se apresenta negativo em 274.328,16, o que é bom devido ao fato de significar redução do endividamento municipal; as garantias para manutenção da diminuição do endividamento serão a continuidade do pagamento regular das dívidas contraídas.

5.a. Foram realizadas duas audiências públicas para coleta de sugestões populares, uma no dia 09/10/2025, às 19:00h, e a outra no dia 06/11/2025, às 19:00h, na sala Paulo Freire e formato digital (TEAMS); também, foi disponibilizado link de sugestões para incentivo maior à participação popular, disponibilizado em site da própria Prefeitura Municipal.

5.b. O acompanhamento da execução orçamentária segue todas as regras vigentes de transparência e controle, ficando disponível no Portal da Transparência da Prefeitura para consulta em tempo real, conforme link: <https://salto.giap.com.br/ords/salto02/f?p=839:1:15134731904892>.

5.c. Resposta contemplada na questão acima.

6.a. Os indicadores, metas, unidades de medidas são matérias já superadas e que são de exclusivo assunto do PPA e LDO, já discutidos.

6.b. Já foram contemplados em sua integralidade na elaboração do PPA e LDO, nos anexos das peças de planejamento; anualmente os valores, metas e ações serão revistos durante a elaboração da LDO e LOA, de cada ano.

6.c. É realizada de forma anual e disponibilizada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do Relatório de Atividades; a disponibilização ao legislativo irá ser implementada no exercício seguinte.

7.a. Os riscos foram atualizados a realidade presente, durante a elaboração da LOA 2026, considerar os valores da LOA.

7.b. Foi tratado no Anexo de Riscos Fiscais na LDO 2026, não sendo matéria da LOA 2026.

7.c. A avaliação se dá de forma bimestral, de acordo com dispostos da LRF.

8.a. A compatibilidade será efetuada na LOA 2026, devido ao fato de as emendas impositivas dos vereadores serem matéria da Lei Orçamentária Anual; referente as emendas parlamentares do estado e união, foram contempladas na LOA 2026 e compatibilizarão os valores do PPA e LDO.

8.b. Os impedimentos estritamente de ordem técnica das emendas serão observados nos prazos disposto na Lei Orgânica do Município; referente as emendas parlamentares do estado e união, foram contempladas na LOA 2026 e compatibilizarão os valores do PPA e LDO.








9.a. O acompanhamento da execução orçamentária é realizado de forma bimestral/quadrimestral e publicado via STN – Secretaria do Tesouro Nacional; além de realização no formato presencial na Câmara Municipal, na forma de audiência quadrimestral de avaliação das metas fiscais.



9.b. Será analisado observando o cumprimento dos mínimos constitucionais (Ensino, Saúde, Fundeb), garantia do pagamento dos servidores, cumprimento de despesas obrigatórias (encargos, dívidas, PASEP, precatórios. etc.); após isso, o que restar será objeto de análise.


Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

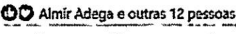

Atenciosamente,




JOSÉ GERALDO GARCIA
Prefeito da Estância Turística de Salto



**Câmara Municipal de Salto** fez uma transmissão ao vivo.
15 h · 


Audiência Pública – PL 112/2025 – Lei Orçamentária Anual (LOA) – 09/12/2025
 Audiência Pública – PL 112/2025 – Lei Orçamentária Anual (LOA) – 09/12/2025...
[Ver mais](#)


 **Almir Adega** e outras 12 pessoas · 564 

 Curtir  Comentar  Compartilhar

Comentários [Ocultar comentários](#)

Seja a primeira pessoa a comentar.

 Comenta ...

**Câmara da Estância Turística de Salto**

Últimos Vídeos



49 visualizações

Audiência Pública – PL
112/2025 – Lei
Orçamentária Anual
(LOA) – 09/12/2025



Detalhes





Câmara da Estância Turística de Salto

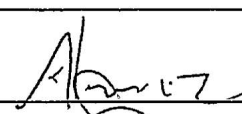
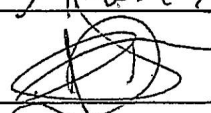
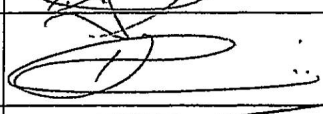
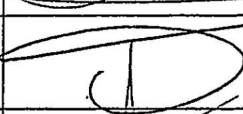

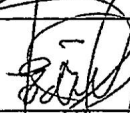
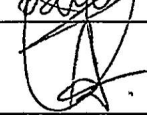
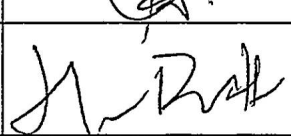
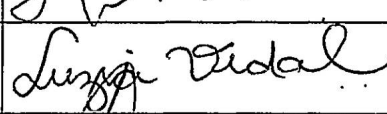

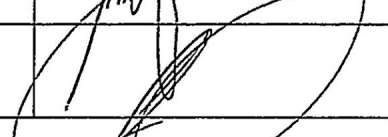
Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

**VEREADORES PRESENTES NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI Nº
112/2025 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2026 REALIZADA EM 09 DE
DEZEMBRO DE 2025, ÀS 18H
(Art. 48, parágrafo 1º, inciso I da Lei Nº 101/2000)**

VEREADORES	ASSINATURA	HORÁRIO
ALMIR DE MELO SANTOS		18:00
ANTONIO MOREIRA SOBRINHO		18:00
ARILDO GUADAGNINI		18.02.23
CLAYTON APARECIDO DOS SANTOS		18:15
EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS		18h
EDIVAL PEREIRA ROSA		18:00
GRAZIELA COSTA LEITE		18h15
HENRIQUE BALSEIROS CHAMOSA NETO		18:00
LUZIA DE FÁTIMA IZIDÓRIO VIDAL		18:00
MICHEL OLIVEIRA RODRIGUES DA SILVA		18:00
ROGÉRIO DOS SANTOS FILHO		18:00/15

Sala das Reuniões, em 09 de dezembro de 2025.


DANIELA MOMESSO

Coordenadora do Processo Legislativo

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA – CONVIDADOS, PREFEITURA E POPULAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PL Nº 112/2025 REALIZADA EM 09.12.2025 ÀS 18H

OS DADOS COLETADOS ESTARÃO EM CONFORMIDADE COM A LGPD E COM O ATO DA MESA Nº 01/2024

NOME	ASSINATURA	CIDADÃO	PODER PUBLICO	SOCIEDADE CIVIL
Maurício Henrique Marfoni				
Guilherme Proelli				
Jonaina Castro			X	
Andressa Souza			X	
Evangelina Cruz		X		
Jose Tarcos De Almeida		X		
Edlengela morizina de souza		X		
Shan Condine L. Shi		X		
Elis Braz		X		
Leila Madeiro Lessa		X		
FABIO A SANTOS		✓		
Lucas Bessa Pereira		✓		
Saulo Roberto S. Felix		✓		
RAOULI HUGO FERRAZ DA SILVA			X	
Maquer Laz		X		
Simone Vadei		X		
Leandro da Silva Costa		X		
Daniela Apolonia		X		
Lucas Santos Bett		X		
Andrea Almeida		X		

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Audiência Pública de Lei Orçamentária Anual - 2026

Data: 09 de dezembro de 2025

Horário: 18h00

Local: Plenário da Câmara Municipal de Salto

FORMULÁRIO DE PARTICIPAÇÃO

Nome completo: LUCAS VIGAR MORAES

E-mail/Telephone: _____

Entidade/Associação (se houver): SEC. MUNICIPA DE AGRICULTURA Partido Republicano

Manifestação/Proposta: Unis são as diretrizes
de fiscalização dos recursos ambientais?

- Este formulário deverá ser devolvido antes do final da audiência.
- As manifestações serão registradas para fins de análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Formulário - Audiências Públicas

De Thais Carolina Silva <camarasalto@camarasalto.sp.gov.br>

Data Ter, 2025-12-09 15:48

Para audiencia publica@camarasalto.sp.gov.br <audiencia publica@camarasalto.sp.gov.br>

Câmara Municipal da Estância Turística de Salto

Seu nome

Thais Carolina Silva

Seu e-mail

thais@fm90.com.br

Mensagem

O Conselho Municipal de Cultura de Salto solicita a ampliação do orçamento da Cultura para 2026, pois os custos da área cresceram enquanto o percentual destinado à pasta permanece estagnado. Visto que por lei aprovada nessa camara, hoje, se cumprida a lei, deveríamos ter um percentual de mais de 2% para a Cultura de nossa cidade. Atualmente, cerca de 80% do orçamento é gasto apenas com as despesas permanentes....folha de pagamento e manutenção dos equipamentos culturais, restando pouco mais de 2 milhoes e visto que desse valor quase 1 milhão é investimento do governo federal através da PNAB ou seja investimento MUNICIPAL temos pouco mais de R\$ 1 milhão para todas as ações culturais do ano — valor insuficiente diante do aumento da demanda e dos custos operacionais. Não é atoa que vemos grandes eventos foram cortados, eventos tradicionais como Paixão de Cristo e Carnaval foram cancelados por falta de recurso, a Mostra Estudantil de Teatro um evento que se gasta muito mas tem um impacto imenso nas na educação e nas familias da rede de ensino, e tambe'm vemos equipamentos sucateados ou precisando de manutenções importantes.

A população cresceu amigos, Salto está com 140 mil habitantes, a procura por serviços culturais aumentou, mas o orçamento proporcional por habitante diminuiu, qual a logica nesse calculo. Com isso o município passou a depender cada vez mais de emendas parlamentares para necessidades básicas, o que não é sustentável, o nosso celeiro de Artistas está virando uma sarjeta de artistas onde trabalhadores da cultura precisam trabalhar fora de Salto para sobreviver.

O Conselho da Cultura traz um dado real de retorno econômico (R\$ 1,60 a R\$ 4,00 para cada R\$ 1 investido) e fortalece o turismo, o comércio e o desenvolvimento social. Salto é referência regional, mas essa posição está ameaçada pela falta de investimentos.

Diante disso, o Conselho solicita:

Ampliação do orçamento da Cultura para 2026.

Garantia de recursos mínimos para evitar cancelamentos de atividades e eventos.

Apoio da Câmara, inclusive com emendas, mas principalmente com uma política orçamentária contínua e sustentável, e para isso o conselho está fazendo sua parte trabalhando na revisão do plano de cultura para 10 anos.

O Conselho se coloca à disposição para dialogar e colaborar na construção de políticas públicas culturais que sejam respeitadas por essa Casa legislativa e pelo poder executivo.

Site Name

Câmara Municipal da Estância Turística de Salto

Contact Page URL

Formulário - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E REUNIÕES PÚBLICAS

© Câmara Municipal da Estância Turística de Salto



Formulário - Audiências Públicas

De Thais Carolina Silva <camarasalto@camarasalto.sp.gov.br>

Data Ter, 2025-12-09 15:49

Para audiencia publica@camarasalto.sp.gov.br <audiencia publica@camarasalto.sp.gov.br>

Câmara Municipal da Estância Turística de Salto

Seu nome

Thais Carolina Silva

Seu e-mail

thais@fm90.com.br

Selecione o tema

Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 112/2025, que "Estima a Receita e fixa a despesa do município de Salto para o ano de 2026 – LOA" para o exercício financeiro de 2026 (LDO) - 09/12/2025 às 18hr

Mensagem

O Conselho Municipal de Cultura de Salto solicita a ampliação do orçamento da Cultura para 2026, pois os custos da área cresceram enquanto o percentual destinado à pasta permanece estagnado. Visto que por lei aprovada nessa camara, hoje, se cumprida a lei, deveríamos ter um percentual de mais de 2% para a Cultura de nossa cidade. Atualmente, cerca de 80% do orçamento é gasto apenas com as despesas permanentes....folha de pagamento e manutenção dos equipamentos culturais, restando pouco mais de 2 milhões e visto que desse valor quase 1 milhão é investimento do governo federal através da PNAB ou seja investimento MUNICIPAL temos pouco mais de R\$ 1 milhão para todas as ações culturais do ano — valor insuficiente diante do aumento da demanda e dos custos operacionais. Não é atoa que vemos grandes eventos foram cortados, eventos tradicionais como Paixão de Cristo e Carnaval foram cancelados por falta de recurso, a Mostra Estudantil de Teatro um evento que se gasta muito mas tem um impacto imenso nas na educação e nas familias da rede de ensino, e tambe´m vemos equipamentos sucateados ou precisando de manutenções importantes.

A população cresceu amigos, Salto está com 140 mil habitantes, a procura por serviços culturais aumentou, mas o orçamento proporcional por habitante diminuiu, qual a logica nesse calculo. Com isso o município passou a depender cada vez mais de emendas parlamentares para necessidades básicas, o que não é sustentável, o nosso celeiro de Artistas está virando uma sarjeta de artistas onde trabalhadores da cultura precisam trabalhar fora de Salto para sobreviver.

O Conselho da Cultura traz um dado real de retorno econômico (R\$ 1,60 a R\$ 4,00 para cada R\$ 1 investido) e fortalece o turismo, o comércio e o desenvolvimento social. Salto é referência regional, mas essa posição está ameaçada pela falta de investimentos.

Diante disso, o Conselho solicita:

Ampliação do orçamento da Cultura para 2026.

Garantia de recursos mínimos para evitar cancelamentos de atividades e eventos.

Apoio da Câmara, inclusive com emendas, mas principalmente com uma política orçamentária contínua e sustentável, e para isso o conselho está fazendo sua parte trabalhando na revisão do plano de cultura para 10 anos.

O Conselho se coloca à disposição para dialogar e colaborar na construção de políticas públicas culturais que sejam respeitadas por essa Casa legislativa e pelo poder executivo.

Site Name

Câmara Municipal da Estância Turística de Salto

Contact Page URL

Formulário - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E REUNIÕES PÚBLICAS

© Câmara Municipal da Estância Turística de Salto